



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
12 de fevereiro
de 2021

Músicas em restaurantes e bares estão suspensas no período carnavalesco

Após semanas de reuniões e discussões sobre medidas para conter a propagação da Covid-19 durante o período carnavalesco, a Justiça, em conjunto com os representantes do Sindicato de Bares e Restaurantes (Sindibares), decidiu pela suspensão de músicas nos estabelecimentos no período de 12 a 18 de fevereiro. A decisão foi tomada em reunião ministerial com o juiz Douglas Martins, na manhã de quinta-feira, 11.

No mesmo dia, o **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) se reuniu com proprietários de bares e restaurantes, com a participação dos representantes das Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual, para tratar das recomendações que foram expedidas acerca das medidas sanitárias de prevenção contra o coronavírus. "O nosso objetivo é promover o diálogo, por isso realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão", enfatizou a promotora de justiça Lítia Cavalcanti.

De acordo com a presidente do Sindibares, Camila Di Minda, a decisão foi uma forma de garantir o funcionamento dos estabelecimentos e conter aglomerações que poderiam vir a acontecer. "Sabemos que as músicas atraem mais pessoas e podem causar aglomerações, por isso, foi decidida a suspensão temporária de qualquer tipo de música nos estabelecimentos, desde apresentações a músicas ambientes e músicas maquinadas".

Restrição Outra medida, foi uma restrição, também apenas durante o período carnavalesco, na Portaria 055, que permite a realização de eventos de pequeno porte com até 150 pessoas. Conforme explica Camila Di Minda, a restrição suspende eventos e festas, tanto com apresentações musicais, quanto com som e até mesmo DJs, de cunho comercial, ou seja, eventos em que seja cobrada entrada e consumo. A restrição ainda será oficializada pelo juiz Douglas Martins.

"Os protocolos continuam os mesmos, os bares e restaurantes poderão funcionar no período, dentro do horário normal e com a capacidade já pré-estabelecida nos protocolos anteriores. A única mudança nesse momento é a suspensão temporária da música nos estabelecimentos e de eventos", enfatizou a presidente do Sindibares.

Conforme o discutido na reunião ministerial, após o dia

18 a Secretaria de Estado da Saúde (SES), em conjunto com outras entidades, avaliará o cenário epidemiológico do Maranhão para definir se as medidas devem continuar ou não.

Fiscalização Outra medida tomada, em acordo entre o **MPMA** e o Governo do Estado do Maranhão, foi o aumento da fiscalização, não só de estabelecimentos, mas também de festas clandestinas, durante os dias em que seriam comemorados o Carnaval.

Na reunião, realizada na quinta-feira, representante da Vigilância Sanitária Estadual, Paulo Jessé, frisou que os leitos de hospitais públicos e particulares de São Luís têm atingido o limite da capacidade de atendimento. Ele apontou que, mesmo com esse cenário, tem sido observado situações de desrespeito ao distanciamento social em vários pontos comerciais da capital.

"É necessário que o poder público aja no sentido de coibir toda forma de descumprimento às medidas sanitárias que tem se mostrado eficazes. O desrespeito leva a superlotação de leitos e conseqüentemente a morte das pessoas", disse Paulo Jessé. Aqueles que não seguirem os protocolos de segurança estão sujeitos a punições, podendo ser processados, no caso daqueles que possuem CNPJ e até mesmos presos.

"As conseqüências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", enfatizou a promotora de justiça Lítia Cavalcanti.

O Estado entrou em contato com o Governo para saber como será o plano de fiscalização durante o final de semana de carnaval, contudo, não houve resposta até o fechamento desta edição.*

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/12/#primeiro-caderno/pagina/1>

Tribunal devolve cargo ao vereador Ceará

Nesta terça-feira (09), a pedido do **Ministério Público** do Maranhão, o juiz André Bezerra Ewerton Martins (Titular da 1ª Vara Criminal de Açailândia), afastou Josibeliano Chagas Farias da função de vereador, decisão que não durou 24h. Nas primeiras horas desta quarta- feira, o desembargador Guerreiro Júnior, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), concedeu liminar anulando a decisão do juiz de Açailândia, voltando Ceará ao cargo de vereador.

VEJA PARTE DA DECISÃO: "Entendo não existir a necessária adequação entre a medida imposta pela decisão de primeiro grau e as circunstâncias que envolvem a discussão concreta, em especial porque o fato do Impetrante não mais ocupar a Presidência da Câmara Municipal de Açailândia é circunstância que retira a possibilidade de reiteração de qualquer prática questionada.

DO EXPOSTO, entendendo pela satisfação dos requisitos legais, concedo o pedido liminar no Mandado de Segurança para suspender a eficácia da medida acautelatória decorrente da ação penal nº 0800764- 96.2021.8.10.0022 e, assim, determino o retorno do Impetrante para o cargo de vereador do Município de Açailândia/MA.

Em atenção ao art. 7º da Lei nº 12.016/2009, determino seja notificada a autoridade dita coatora do conteúdo da inicial, enviando-lhe cópias dos documentos que a instruem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, prestem as informações de praxe.

Cite-se o Município de Açailândia-MA, por sua Procuradoria Geral, para, querendo, ingressar no feito. Notifique-se a Presidência da Câmara de Vereadores de Açailândia, do teor desta decisão. Expeçam-se, de ordem, os competentes ofícios. Após, distribua-se na forma regimental. Des. Antonio Guerreiro Júnior".

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/219/20210212.pdf>

Câmara de Imperatriz discute concurso com Ministério Público

A nova Mesa Diretora da CMI tem tomado todas as medidas necessárias para o bom andamento e a excelência da prestação de serviços à população de Imperatriz, e nesta quinta-feira, 11, o presidente Alberto Sousa (PDT), acompanhado do Técnico Legislativo, Rômulo Andrade, do Controlador Interno, Crizan Moreira, e dos Procuradores Legislativos Erasmo Júnior e Mario Sampaio, atenderam convite do **Ministério Público** e estiveram com a Promotora Nahyma Abas, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz. Por ser início de uma nova gestão, se fazem necessários os esclarecimentos e as informações sobre demandas e procedimentos administrativos ligados à Câmara que tramitam naquele órgão.

O presidente destacou que a partir de agora existe uma mudança de postura do Poder Legislativo, com um estreitamento das relações com o MP. A Casa vai contribuir e cooperar de todas as formas, atendendo as recomendações, reforçando os laços institucionais e trabalhando com a maior transparência possível.

Vários pontos foram abordados, mas o principal foi o concurso público.

"Sobre o certame, a decisão é de anular e ressarcir os valores das inscrições. A Câmara irá judicializar uma ação de restituição da quantia que foi paga à empresa, para que seja devolvida aos inscritos, assim que recebermos os pareceres técnico e jurídico com o manifesto do MP. Em seguida vamos determinar de que modo será feito, elaborando um cronograma de devolução dos valores", disse Alberto Sousa.

Havia também uma recomendação para criação do Pregão Eletrônico, mas foi informado que a Câmara se antecipou, implantando, legalizando e regulamentando em janeiro, o que foi elogiado pela promotoria.

Por fim, o presidente da CMI afirmou que o diálogo e a nova postura junto ao MP serão permanentes para que os trabalhos ocorram da melhor forma possível, dentro da legalidade e segurança jurídica, seguindo e cumprindo todas as recomendações.

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/219/20210212.pdf>

Rendas - FORA DE PAUTA

FORA DE PAUTA

Atualmente no Maranhão já são mais de 918 mil famílias beneficiadas no programa do Governo Federal, Tarifa Social de Energia Elétrica. No entanto, quase 250 mil famílias que são potenciais beneficiários, ainda não estão inscritos no programa e estão perdendo a oportunidade de pagar uma conta de energia mais barata.

Professores Devido ao retorno das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas, em todo o estado, a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís expediu ofícios recomendando a vacinação de todos os profissionais da educação básica e ensino em geral, após o término da prioridade dos idosos.

Prazo Foi concedido o prazo de 10 dias para que seja encaminhado documento ao **Ministério Público** do Maranhão com as devidas alterações de prioridade e com a adaptação do Plano Municipal de Educação, considerando a prioridade dos profissionais da educação, logo após os grupos de idosos.

Retornou A Câmara Municipal de Imperatriz (CMI) empossou, na manhã desta quarta- feira, 10 de fevereiro, o primeiro suplente do vereador Buzuca (DEM), que atendendo a pedido do Poder Executivo irá reassumir a Fundação Cultural de Imperatriz (FCI). Na vaga aberta, entra seu colega de partido, Chiquim da Diferro.

Prestigiada A posse aconteceu no Plenário da CMI, durante sessão ordinária e contou com a presença do prefeito de Imperatriz, Assis Ramos (DEM), da 1ª dama e secretária de Desenvolvimento Social, Janaina Ramos, do vice-prefeito Alcemir Costa, de vários secretários que estiveram prestigiando a solenidade e dos familiares do novo vereador.

Frente Proposição de autoria do Deputado Estadual Marco Aurélio conta com a assinatura de 23 deputados e irá reforçar a luta em busca de reverter a decisão do Governo Federal de fechar 5 agências do Banco do Brasil no Maranhão, sendo uma de Imperatriz (Praça da Cultura), duas em São Luís, uma em Caxias e uma em Governador Archer.

Fechamento A Frente Parlamentar terá poder de articulação e diálogo junto à Bancada Federal Maranhense e ao Governo Federal, atuando em conjunto com o Sindicato dos Bancários e outras forças sociais e políticas.

Recursos Em Brasília, o prefeito Fernando Teixeira manteve encontro com o deputado federal mais votado em Cidelândia nas eleições de 2018, André Fufuca. O encontro aconteceu no início da quarta (10), no gabinete do deputado.

De André Fufuca, o prefeito Fernando Teixeira recebeu a garantia de mais investimentos para o Município de Cidelândia nas áreas da Saúde e da Infraestrutura, com foco no funcionamento das unidades de saúde e na conservação de estradas. Ficar chorando pelos cantos não resolverá, tem e que ir em busca de apoios.

Segunda Começou na manhã de ontem, quinta-feira, a aplicação da segunda dose da vacina coronavac em Imperatriz. E paralelo ao reforço da segunda dose, que completa o esquema de imunização, equipes da secretaria continuam com campanha que segue imunizando grupos prioritários da 1: fase - profissionais da saúde e idosos a partir de 90 anos.

Idosos dessa faixa etária devem se cadastrar via link disponibilizado no site da prefeitura para receber a dose nos dias 18 e 19 - logo após o feriado de carnaval.

Turismo Ocorreu ontem reunião Cultura e Indústria/Comércio, para tratar do cadastramento de hotéis, restaurantes para inclusão junto à prefeitura de Edison Lobão na rota do turismo da Chapada das Mesas.

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/219/20210212.pdf>

Decisão suspende eventos festivos durante o período de Carnaval

Em audiência realizada na manhã desta quinta-feira, 11, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, em decisão liminar, suspendeu a realização de qualquer evento festivo, incluindo aqueles com no máximo 150 pessoas, nos municípios maranhenses, no período do dia 12 a 18 de fevereiro.

Está proibido também, no referido período, a propagação de música nos estabelecimentos comerciais (especialmente bares e restaurantes), incluindo no modo ambiente. A decisão indeferiu o pedido de lockdown ajuizado pela Defensoria Pública do Estado.

O objetivo é evitar qualquer tipo de aglomeração durante o período de carnaval e evitar o aumento dos índices de contaminação pela Covid-19 no estado.

"Esta decisão vale somente até o dia 18. Tem um lapso temporal definido. Depois, fica a critério das administrações municipais e do estado as medidas restritivas a serem implementadas", afirmou.

Durante a audiência, Douglas Martins não descartou a possibilidade de decretar lockdown no futuro, caso os índices de contaminação da Covid-19 fiquem insustentáveis e esgotem a capacidade hospitalar em todo o estado.

Atualmente, os números de infecções e de mortes por Covid-19 têm aumentado no Maranhão. A média móvel de mortes semanais cresceu de 4 em janeiro para 11 em fevereiro.

Acompanharam a audiência, representantes da Justiça, do **Ministério Público** e da Defensoria Pública; gestores das administrações municipais; além de representantes de entidades de empresários e comerciantes e de produtores de eventos.

Aumento de leitos A decisão foi baseada na apresentação do secretário de Estado da Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula, e do secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior, que apontaram a possibilidade real de aumento do número de leitos destinados ao tratamento da Covid-19 no estado e na capital.

Na rede estadual, atualmente existem 698 leitos clínicos e 306 leitos de UTI. Mas existe a capacidade de expansão desse número para 1.711 leitos clínicos e 508 de UTI.

Na reunião, foi destacado que está mais fácil equipar os leitos em 2021 do que em 2020, porque não há disputa pela compra de respiradores em todo o mundo, como no ano passado.

O juiz Douglas Martins afirmou que os Municípios também devem se comprometer e se empenhar para assegurarem o aumento do número de leitos nas unidades hospitalares municipais.

Na audiência, a defensora pública Clarice Viana Binda, titular do núcleo de **Direitos Humanos**, uma das autoras da Ação Civil Pública que pede a decretação urgente de lockdown, aceitou o posicionamento da Justiça e afirmou que não vai recorrer da decisão liminar. "Por hora, entendemos a sua decisão. Vamos continuar a acompanhar os índices no estado".

Do **Ministério Público** do Maranhão, compuseram a mesa o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e a promotora de justiça Lúcia Cristiana Silva Chagas (chefe da Assessoria Especial da PGJ). "Nós vamos apoiar a decisão que vai ser tomada aqui. O **Ministério Público** do Maranhão se dispõe a ajudar no que for preciso para implementar as medidas a serem tomadas", afirmou com antecedência o chefe do **MPMA**, Eduardo Nicolau.

A promotora de justiça Lucia Cristiana Chagas parabenizou a iniciativa do juiz Douglas Martins em promover uma decisão democrática e transparente em defesa da vida e da saúde da população maranhense. "É uma honra o **Ministério Público** ter colaborado com a realização desta audiência de grande importância e adianto que a instituição vai fiscalizar o cumprimento das medidas", enfatizou.

Igualmente participaram da mesa da audiência Rodrigo Maia (procurador geral do Estado), Simplício Araújo (secretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia) e Ivaldo Prado (advogado e representante das entidades de classe: comércio, indústria e demais segmentos). (Eduardo Júlio / **CCOM-MPMA**)

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/219/20210212.pdf>

SÃO LUÍS - Promotores de Justiça se reúnem com Semus para esclarecimentos sobre vacinação contra Coronavírus

Com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a vacinação de pessoas idosas em São Luís, os promotores de justiça José Augusto Cutrim, da Defesa do Idoso, e Ana Teresa Silva de Freitas e Ronald Pereira dos Santos, da Defesa da Pessoa com Deficiência, se reuniram na manhã desta quarta-feira, 10, com representantes da Secretaria Municipal de Saúde (Semus).

Entre as informações e dúvidas sanadas na reunião, estiveram questões relativas ao processo inteiro de vacinação para pessoas idosas e com deficiência, tais como calendário de vacinação, etapas de agendamento e criação de canal na Semus para recebimento de denúncias e sugestões.

Segundo José Augusto Cutrim, a reunião serviu para entender questões específicas da vacinação. "A equipe da Semus nos trouxe informações sobre como será o procedimento para aqueles que estão acamados ou que perderam o momento em que se cadastraram para receber a vacina, assim como os procedimentos para idosos que não possuem acesso à rede de informática", disse o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso.

O secretário-adjunto da Semus, Egídio de Carvalho Ribeiro, destacou a importância da reunião para ouvir as sugestões do **Ministério Público**. "Estamos em um processo delicado de vacinação. Nesse momento, outros olhares são importantes para conseguirmos melhorar o processo", concluiu.

Também participaram da reunião representantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi).

Site: <https://omaranhense.com/sao-luis-promotores-de-justica-se-reunem-com-semus-para-esclarecimentos-sobre-vacinacao-contra-coronavirus/>

Recomendação orienta bares e restaurantes sobre medidas de prevenção ao coronavírus em São Luís

Foi emitida, nessa quinta-feira (11), uma Recomendação conjunta do **Ministério Público** do Maranhão, Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual e Corpo de Bombeiros destinada a bares, restaurantes e similares de São Luís, com medidas sanitárias para a prevenção do contágio pelo coronavírus.

Os órgãos signatários justificam a emissão do documento devido ao atual estado da pandemia, que indica o número crescente de casos diários e de mortes no Estado do Maranhão, bem como o surgimento de novas variantes da doença. Tomaram como base, entre outras normas, o Decreto Estadual nº 35.660, de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção da transmissão da Covid-19; as portarias nºs 34, 42 e 60/2020, que tratam das medidas sanitárias gerais e protocolos específicos para o exercício de atividade econômica.

Assinam a Recomendação a promotora de Justiça Lítia Cavalcanti, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís; o coronel Ernesto Luis França Sousa, diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão; o superintendente da Vigilância Sanitária Estadual, Edmilson Silva Diniz Filho; e o coordenador da Vigilância Sanitária Municipal, Paulo Jessé Silva Gonçalves.

Estão entre os itens da Recomendação a obrigatoriedade de que todos os trabalhadores e clientes usem proteção facial, de preferência máscara descartável, ou de tecido não tecido (TNT) ou ainda de algodão; que seja atendido o distanciamento mínimo de dois metros entre as mesas, devendo obedecer à determinação de, no máximo, quatro pessoas por mesa, assim como a sinalização de distanciamento de dois metros entre um cliente e outro nas áreas de circulação interna; que seja priorizada a permanência do público sentado, devendo ser disponibilizado colaboradores para orientar os consumidores.

Os bares e restaurantes também estão sendo orientados a fornecer saco plástico higienizado para o acondicionamento seguro da máscara durante a refeição; a garantir o máximo de ventilação possível no

ambiente e nos espaços climatizados, fazendo a manutenção periódica dos aparelhos de ar condicionado; a limitar o ingresso de pessoas, a fim de que a lotação não ultrapasse a metade de sua habitual capacidade física.

Ainda constam da Recomendação conjunta a disponibilização, na entrada do estabelecimento, de locais para a lavagem adequada das mãos, ou ainda de soluções de álcool 70% ou produtos antissépticos que possuam efeito similar; fixação de cartazes na entrada e em locais de fácil visibilidade, de maneira legível e compreensível, informando o limite de ocupação permitido no estabelecimento.

No início das atividades e no decorrer do período de funcionamento do estabelecimento, devem ser higienizadas as superfícies de contato manual e toque, banheiros, cozinha, máquinas de cartão de crédito, cardápios, mesas, cadeiras com álcool 70% ou produtos antissépticos que possuam efeito similar.

Eeunião

A promotora de Justiça Lítia Cavalcanti informou que, um dia antes da publicação da Recomendação, foi realizada uma reunião com donos de bares e restaurantes da capital para ouvir sugestões do setor.

"O nosso objetivo é promover o diálogo. Por isso, realizamos inicialmente medidas educativas sobre a questão. As consequências da violação das regras sanitárias serão a adoção de medidas, em parceria com as Vigilâncias Sanitárias e o Corpo de Bombeiros, como o fechamento dos estabelecimentos", esclareceu.

Cópias do documento

De acordo com os signatários da Recomendação, cópias do documento devem ser enviadas ao Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Maranhão (Sindbares); Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel); Secretaria de Estado de Indústria e Comércio; Secretaria de Estado de Saúde/Superintendência de Vigilância Sanitária; Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de

Vigilância Sanitária; Secretaria de Estado da Casa Civil e aos estabelecimentos comerciais do segmento de bares, restaurantes e similares.

(Informações do MP-MA)

Site:

<http://www.blogdomarcial.com/2021/02/recomendacao-orienta-bares-e.html>

Magistrado não descartou medida radical no estado

Apesar de ter rejeitado o pedido da Defensoria Pública do Estado de impor bloqueio total de atividades em todos os 217 municípios do estado por causa do avanço da Covid-19 no Maranhão, o juiz Douglas de Melo Martins não descartou novo lockdown no futuro.

O titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís explicou que essa seria uma saída para evitar colapso do sistema de saúde do estado.

"Se não houver restrição agora, em algum momento o lockdown se imporá para evitar colapso do sistema de saúde, visto que os recursos são limitados; há necessidade de leitos. No entanto, caso não contida a taxa de transmissão da doença, será sempre crescente", disse.

O magistrado foi quem determinou ao Executivo Estadual e a Municipal, em 2020, o decreto de lockdown em São Luís. Na ocasião, ele acatou a um pedido do **Ministério Público**, que alegava descontrole no aumento no número de testes positivos e mortes em decorrência da Covid-19.

Por conta disso, Maranhão ganhou destaque nacional por ter sido o primeiro estado a decretar lockdown no país.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/12/#primeiro-caderno/pagina/1>

COVID-19

Cantoras maranhenses escrevem carta sobre fiscalizações ao Ministério Público do Maranhão

O assunto do documento é relacionado às últimas fiscalizações realizadas pelo órgão para combater o descumprimento de medidas sanitárias da pandemia e a poluição sonora em bares de São Luís.

PAULO PONTES/NA MIRA
09/02/2021 às 16h26



Ministério Público do Maranhão (MP-MA) (Foto: Divulgação / MP-MA)

SÃO LUÍS - No último sábado (6), 15 cantoras maranhenses elaboraram uma carta direcionada ao Ministério Público do Maranhão (MP-MA) e ao promotor de Justiça Cláudio Guimarães. O assunto do documento é relacionado às últimas fiscalizações realizadas pelo órgão para combater o descumprimento de medidas sanitárias da pandemia e a poluição sonora em bares de São Luís, intitulada como Operação Harpócrates.

Na carta, as cantoras relatam que foram registrados casos de agressividade na abordagem de pessoas e profissionais presentes nos bares que estavam sendo fiscalizados pelo MP-MA.

Ainda no documento, as cantoras se posicionam contra o confisco de equipamentos dos artistas feito pelo MP-MA, pois são suas ferramentas de trabalho, muitas delas de investimento alto.

As cantoras parabenizam o MP-MA pela operação tendo em vista que a pandemia da Covid-19 não acabou e os cuidados precisam ser tomados para não haver o aumento de contágio do novo coronavírus.

As artistas pedem, ainda, a mesma rigorosidade na fiscalização em bairros menos centrais e de grande concentração e população, como Cohatrac, Cidade Opéraria e outros. Postos de gasolina e lojas de conveniência também têm tido aglomeração durante noites e madrugadas, especialmente nos fins de semana.

Leia abaixo a carta na íntegra:

São Luís, 06 de fevereiro de 2021

Carta aberta de cantoras e mulheres trabalhadoras do setor musical do Maranhão ao MPMA e à Vossa Excelência Cláudio Guimarães

V. Ex. ^{as}, como trabalhadoras, entre cantoras, musicistas, e técnicas do setor da música (), viemos à público nesta carta aberta ao Ministério Público do Maranhão, em especial ao promotor V. Ex. ^a Cláudio Guimarães, que coordenou a Operação Harpócrates em São Luís, agradecer pela operação, além de pontuar algumas questões referentes ao cumprimento das normas de segurança neste momento de pandemia e à fiscalização dessas.*

Como agentes do setor da arte e do entretenimento, somos uma das classes de trabalhadores que mais ficaram sem trabalho ou remuneração para nosso sustento desde março/2020, durante muitos meses. Apesar da Lei Aldir Blanc, que a muitos ajudou através de editais e de auxílio, nem todos os músicos foram contemplados, e a partir de 2021 não temos certeza sobre novas ações dentro da referida lei.

*Entretanto e apesar disso, temos consciência do momento grave e delicado da pandemia no país, e em discussão entre nós, em *grupo de cantoras da qual fazemos parte, chegamos à conclusão de que muitas entendem a necessidade e importância de medidas mais restritivas em bares e casas de festas neste momento, e também de mais fiscalização nesses estabelecimentos, que nem sempre respeitam e cumprem as regras estabelecidas por decretos estaduais e as recomendações da OMS, como distanciamento social, uso de máscaras, disponibilização de álcool em gel e, no caso local, cumprimento de lotação permitida em cada casa.*

Na maioria das vezes, essa responsabilidade não diz respeito ao músico e sim ao

estabelecimento, ficando o artista e as bandas inseguros também ao trabalhar. Desta forma, somos a favor de que as fiscalizações sejam frequentes por parte de órgãos e instituições como Vigilância Sanitária, Procon, Bombeiros e Polícia Civil e parabenizamos pela consciência e iniciativa de V. Ex. ^{as} com a Operação Harpócrates, por exemplo.

Porém, pontuamos aqui que alguns detalhes devem ser observados, para que não haja por parte dos fiscais algum tipo de abuso de poder, pois foram relatados e até filmados casos de agressividade na abordagem de pessoas e profissionais presentes nesses bares, além de que o confisco de equipamentos dos artistas é completamente desnecessário, pois são suas ferramentas de trabalho, muitas delas de investimento alto; portanto nos posicionamos contra esse tipo de postura e abordagens.

Além disso, que sejam vigiados estabelecimentos nos bairros nobres e centro, mas também em bairros menos centrais e de grande concentração e população, como Cohatrac, Cidade Opéraria e outros. Postos de gasolina e lojas de conveniência também tem tido aglomeração durante noites e madrugadas, especialmente nos fins de semana.

Nosso desejo é que os artistas e trabalhadores do setor musical sejam respeitados neste tempo em que, talvez, tenhamos mais trabalhos suspensos, e que o Ministério Público e outros órgãos continuem, junto ao governo estadual, trabalhando para que as regras sanitárias e de segurança sejam cumpridas a fim de que este momento de gravidade da pandemia passe o mais rápido possível para todos.

Observamos que essa carta não representa nenhuma entidade formal, apenas as artistas que abaixo assinam.

*Atenciosamente,
Cantoras maranhenses*

Assinam esta carta:

- Alessandra Loba*
- Camila Reis Brito (Camila Reis)*
- Djany Costa*
- Fernanda Monteiro Oliveira (Nanda Pretah)*
- Luciana Rabelo Pinheiro (Luciana Pinheiro)*
- Maria Aparecida da Conceição
(Maria Clara)*

- *Stephany Araújo Ruiz (Stephany Ruiz)*
- *Valéria Sotão Ferreira (Valéria Sotão)*
- *Juliana Sousa Cutrim*
- *Christiane Costa de Almeida e Santana (Chris Santana)*
- *Samile Vitória Mendes Araujo (Samile Araujo)*
- *Helô Santana*
- *Karleyby Allanda Barbosa de Sousa (Karleyby Allanda)*
- *Vânia Cristina Oliveira Coelho (Vânia Coelho)*
- *Lena Maria Ayres Garcia (Lena Garcia)*

Coragem, mulher! (3)

- ste ano já foram registrados seis casos de feminicídio no Maranhão. Feminicídio é o ter mo usado para assassinatos de mulheres cometidos em razão do gênero, ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher. No Brasil, com a Lei do Feminicídio, de 2015, quando o homicídio é cometido contra uma mulher, a pena é maior, mas isso parece que não tem preocupado ou inibido a ação dos homens.

Seis casos em quase dois meses pode parecer pouco, mas não é. Matar uma mulher aproveitando-se de sua fragilidade, tendo como motivação a impossibilidade de aceitar o término de um relacionamento, ciúmes, ausência de controle da raiva, são situações que vêm acontecendo cada vez com mais regularidade no país.

Somente no primeiro quadrimestre de 2020, foram registrados 21 feminicídios no Maranhão, uma média de cinco crimes por mês. No ano anterior, foram 16 casos no mesmo período, um aumento de 31%. Conforme o Departamento de Feminicídio da Superintendência de Homicídios do Maranhão (SHPP-MA), os números começaram a aumentar no início da pandemia, em março, quando seis mulheres foram assassinadas em 15 dias. No mês de abril foram mais oito.

O isolamento social imposto e necessário, forçou as pessoas a passarem mais tempo em casa, reclusas, muitos maridos, companheiros, namorados se mostraram intolerantes e violentos. O que, podia acontecer raramente, depois do excesso de bebida alcoólica no domingo, passou a ser quase diário e em alguns casos, chegou às vias de fato, com agressões e até a morte da mulher. No Maranhão, em 2020, foram contabilizados 60 feminicídios, em comparação aos 48 casos de 2019.

Mas, ao mesmo tempo em que as vítimas proliferaram, as denúncias não pararam de acontecer. Segundo os órgãos voltados ao **combate à violência contra a mulher**, elas aprenderam que precisam denunciar, não se calar, já sabem que se manter calada pode valer a sua vida. E a maioria já grita, foge, denuncia, pede apoio da polícia, medidas protetivas, se afasta e se livra de um possível crime de morte.

Essa coragem, se estabeleceu com a sanção da Lei Maria da Penha, em 7 de agosto de 2006 (Lei nº 11.340), que visa proteger a mulher da violência doméstica e familiar, e serviu para fortalecer a vítima de violência, embora muitas ainda precisem de apoio, autoestima, para acreditar que podem viver sem

aquele homem que as agride, que têm direito a uma vida digna e podem ter, desde que se afastem deles.

Para acolher a mulher que precisa de apoio, que quer denunciar e pedir uma medida protetiva, a Casa da Mulher Brasileira de São Luís se mantém em funcionamento 24 horas, atendendo casos de agressões físicas, tentativas e estupros consumados, cárcere privado, tentativa de feminicídio, entre outros.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2021/02/12/#primeiro-caderno/pagina/1>

Juiz proíbe festas com som no Maranhão: não pode com 150, nem 100, nem 50 pessoas

SÃO LUÍS - Após indeferir o pedido de lockdown no Maranhão, o juiz Douglas de Melo Martins da Vara de Interesses Difusos e Coletivos falou, em entrevista à TV Mirante na manhã desta sexta-feira (12), sobre as medidas que restringem, entre os dias 12 e 18 de fevereiro, a realização de eventos com som e que podem criar aglomerações no Estado.

Para que não fosse necessário o decreto de um lockdown, o juiz fez algumas determinações em caráter liminar. Uma delas é a proibição de festas com qualquer tipo de som e qualquer número de pessoas. "A minha decisão suspende essa parte do decreto estadual, que permite as festas até 150 pessoas, com a utilização de música, seja ela mecânica, seja ela ao vivo, qualquer que seja o formato", declarou o juiz Douglas Martins. A proibição tem relação com movimentação e música, partindo do princípio de que o som atrai as pessoas, causando aglomeração.

Mesmo as festas com público abaixo de 150 pessoas estão proibida. "Não é só com 150. Não pode com mil, não pode com 500, não pode com 150, nem 100, nem 50, é proibição total (.). Não tem órgão de controle, polícia no mundo que dê conta de fiscalizar todos", disse.

O juiz citou que a restrição vale também para casamentos que já estejam programados para este período carnavalesco. O evento deve ocorrer sem som e de forma que os presentes respeitem o distanciamento e utilizem máscara. Também estão proibidas, por exemplo, festas em postos de combustível com carro de som ou reuniões em família que promovam aglomeração.

O cumprimento deve ser fiscalizado pelo poder público, segundo o juiz. "Houve um compromisso dos Estados e dos municípios promoverem essa fiscalização", frisou.

Além dessas medidas, outras decisões foram tomadas pelo juiz Douglas Martins durante audiência de conciliação realizada nessa quinta-feira (11) com o **Ministério Público**, Defensoria Pública, representantes do Estado, municípios e de setores da atividade econômica.

"Determinei que Estados e todos os municípios que tenham mais de 50 mil habitantes abram novos leitos

para que a rede de saúde não entre em colapso. Isso também é importante. Foi determinado que os municípios abaixo de 50 mil habitantes, que não têm estrutura para abrir leitos, que eles tenham uma porta de entrada, um ponto inicial em que as pessoas com os primeiros sintomas possam ser atendidas mesmo naqueles municípios menores", apontou.

ASSISTA À ENTREVISTA COMPLETA?

Coronavírus no Maranhão

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou, em boletim divulgado na noite dessa quinta-feira (11), que o Maranhão tem 4.821 mortes e 211.644 casos confirmados do novo coronavírus. De acordo com a SES, foram contabilizados 11 óbitos e 591 pessoas infectadas pelo coronavírus nas últimas 24 horas no eEstado, sendo 109 na Grande São Luís, 47 em Imperatriz e 435 nos demais municípios. A taxa de letalidade da Covid-19 no Maranhão, por sua vez, está em 2,27%.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/02/12/juiz-proibe-festas-com-som-no-maranhao-nao-pode-com-150-nem-100-nem-50-pessoas.shtml>

Motoristas reclamam do tempo de espera na travessia dos ferrys boat

Camilo Durans

Motoristas reclamam da quantidade de viagens realizadas pelos ferrys boat e as filas de embarque, além do normal, na travessia da Ponta da Espera ao Cujupe, que chegam a 10 horas de espera.

Mas apesar das reclamações, a Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB) disse, por meio de nota, que todas as viagens estão sendo realizadas dentro do horário previsto.

Por outro lado, a promotora de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Cavalcanti, confirmou a existência de ferrys quebrados e criticou a qualidade da prestação do serviço das empresas de transporte aquaviário.

Em dezembro do ano passado, o **ministério público** do Maranhão firmou um acordo com a Mob e a empresa de administração portuária (Emap), para que as concessionárias garantissem mais qualidade nos serviços. Mm mês depois, o **Procon** multou a serve Porto e a Intencional marítima por diversas irregularidades.

Com informações do repórter Judson Carvalho .

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/02/12/motoristas-reclama-do-tempo-de-espera-na-travessia-dos-ferrys-boat/>

Polícia conclui inquérito de apuração de homicídio e tortura em Bacabal e São Luís Gonzaga do Maranhão

Camilo Durans

A Polícia Civil concluiu o Inquérito Policial, que apurou os crimes praticados contra Marcos Marcondes da Silva Nascimento, cometidos no dia 01 de fevereiro, nos municípios de bacanal e são Luís Gonzaga do Maranhão.

De acordo com a equipe da Superintendência de Homicídios, os cinco homens autuados em flagrante tiveram prisões preventivas decretadas e cumpridas, sendo indiciados pelos crimes de abuso de autoridade, **tortura, tortura** com resultado de morte, fraude processual, homicídio tentado e ocultação de cadáver.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/02/12/policia-conclui-inquerito-de-apuracao-de-homicidio-e-tortura-em-bacabal-e-sao-luis-gonzaga-do-maranhao/>

Operação da Polícia Civil em Santa Helena prende suspeitos por tráfico de drogas

Dinheiro, armas e material apreendido pela polícia
(Foto: Divulgação)

A Polícia Civil do Maranhão deflaurou nessa quinta-feira, 11, a Operação Saturação, na cidade de Santa Helena, com o objetivo de reprimir o tráfico de drogas na cidade. Foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão, seis suspeitos conduzidos e quatro indivíduos presos em flagrante pela prática dos crimes de tráfico de drogas, posse ilegal de arma de fogo e crime ambiental, consistente em manter animal silvestre em cativeiro.

Durante a operação, a polícia apreendeu uma grande quantidade de dinheiro em espécie (R\$ 2.625,50), três armas de fogo (um revólver e duas espingardas de fabricação caseira), 20 munições calibre .38; 9 porções de crack; uma porção de cocaína; 51 porções de maconha e nove aparelhos celulares, além de quatro pássaros silvestres mantidos irregularmente em cativeiro.

Segundo a Polícia Civil, o nome dado à operação - "SATURAÇÃO" - refere-se à política de **segurança pública** empregada na região da baixada maranhense, definida pela atuação integrada e concentrada em uma única cidade de todos os distritos policiais que integram a 5ª Regional de Pinheiro, bem como dos distritos policiais das Regionais circunvizinhas (Cururupu e Zé Doca).

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/12/operacao-da-policia-civil-em-santa-helena-prende-suspeitos-por-trafico-de-drogas/>